

ESCRAVISMO E CIDADE: NOTAS SOBRE A OCUPAÇÃO DA PERIFERIA DE SALVADOR NO SÉCULO XIX

Marco Aurélio A. de Filgueiras Gomes*

RESUMO

Busca nas especificidades do escravismo urbano e no processo de sua desagregação elementos para a compreensão da gênese da ocupação da periferia de Salvador, mostrando como a cidade era cercada de quilombos, de roças de libertos e, a partir do final do século XIX, de terreiros de candomblé.

I

O subtítulo deste artigo explicita sem ambigüidade o que ele é: são notas, acumuladas ao longo de pesquisas sobre o primeiro processo de modernização urbana de Salvador no século XIX e início desse século, desenvolvidas no Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da UFBA. Elas têm por finalidade sistematizar algumas reflexões sobre a gênese da ocupação da periferia de Salvador, propondo algumas pistas e caminhos para isto. Ao relacionar esta ocupação às formas urbanas adquiridas pelo escravismo e sua posterior desagregação, elas passam a ter a pretensão de contribuir para uma reflexão sobre as relações escravismo-cidade.

Raros são os estudos no Brasil que se propuseram aprofundar as relações entre o escravismo e as formas de estruturação e funcionamento das cidades¹. Esta lacuna torna-se particularmente sentida na medida em que a vida na cidade era fundamentalmente tributária da presença do escravo, que assegurava o transporte de pessoas e mercadorias, o abastecimento de água, o escoamento de dejetos, o abastecimento alimentar, a limpeza urbana, a iluminação e o próprio funcionamento interno das habitações. Até o século XIX o conjunto de necessidades dos habitantes das cidades é "resolvido" através de relações privadas e mediante recurso ao trabalho escravo. Será apenas em meados daquele século que veremos claramente as questões atinentes ao funcionamento da cidade se deslocarem da esfera privada para a esfera pública, reforçando-se e reformulando-se aí as formas de gestão e de atuação na cidade por parte do poder público, processo este que só irá se configurar plenamente no período republicano. Podemos mesmo dizer que o redesenho das esferas pública e privada constitui-se uma das questões centrais que a virada do século XIX colocará para os estudiosos da história urbana. Esta dependência fundamental da vida urbana brasileira ao trabalho escravo, durante quatro séculos, torna, portanto, indispensável o exame da relação proposta acima.

Além disto - e principalmente - há de se ver também que o trabalho escravo adquirirá no meio urbano formas específicas, como o ganho e o aluguel, que o diferenciam bastante do que se observava no meio rural. Sobretudo o ganho - modalidade através da qual o escravo exercia atividades no pequeno comércio (em geral ambulante) ou na prestação de serviços (transporte de pessoas e mercadorias, por exemplo), negociando livremente o valor de seu trabalho com o cliente e se comprometendo a entregar periodicamente (por dia, por semana, por mês) uma quantia predeterminada a seu senhor - conferirá ao escravo urbano

* Professor da Faculdade de Arquitetura da UFBA.

uma "autonomia" desconhecida do escravo rural e lhe permitirá, inclusive, viver fora da vista (e, conseqüentemente, do controle imediato) de seu senhor. Dentro deste contexto, não cabem mais generalizações apressadas como, por exemplo, a identificação da senzala como a "solução de moradia" para o escravo urbano, na medida em que não se reproduziam na cidade as mesmas condições e as mesmas formas de dominação presentes no campo. A senzala é o espaço de confinamento de uma mão-de-obra utilizada intensivamente sob o controle direto do senhor ou de seus prepostos, cujos olhos vigilantes estão também presentes neste espaço. Não é mais este o caso, quando passamos do campo, para a cidade. "Lojas"², porões, cortiços, barracos construídos na periferia da cidade passam então a ser alternativas encontradas pelo escravo para construir um espaço de vida para si, independente do controle do senhor.

Se o ganho propicia ao escravo urbano apropriar-se de uma parte do produto de seu trabalho, a qual lhe permitirá arcar com as despesas de sua própria manutenção, ele se constituirá, igualmente, elemento importante para o acesso à alforria remunerada, o que, por si só, torna o escravo urbano mais "privilegiado" do que aquele do meio rural. Amealhando durante anos o pecúlio que lhe permitirá comprar sua liberdade, o escravo urbano consegue romper a relação escravista com mais facilidade do que o do campo. Além disto, o ganho ensejava ao cativo a possibilidade de gerir seu próprio tempo e seu ritmo de trabalho, permitindo também o reagrupamento daqueles que possuíam as mesmas origens étnicas e culturais.

Para os mais afoitos e decididos dentre esses escravos que circulavam por toda a cidade, apesar de no meio urbano o olhar de feitor se transmutar em normas, leis e posturas através das quais o poder público tentava controlar seus gestos e seus passos, a cidade lhes oferecia também maiores possibilidades de fuga. E, em qualquer caso, ela viabilizava algo mais próximo a uma vida humana, com maior espaço para as relações interpessoais, incluindo aí as amorosas³. Como para os servos da Idade Média que debandavam do campo, fugindo das amarras da ordem feudal, também para os escravos, a cidade trazia a promessa de liberdade.

Entretanto, ainda que a possibilidade de o próprio escravo amealhar o pecúlio necessário à compra de sua liberdade tenha desempenhado um papel importante no recuo do escravismo na cidade, vários outros fatores contribuirão para selar, a partir de 1850, o fim definitivo da escravidão no Brasil. Não compete discutir aqui, em detalhe, as causas deste declínio, mesmo porque elas foram múltiplas, podendo ter, inclusive, uma expressão diferenciada, se se trata do campo ou da cidade, do decadente Nordeste açucareiro ou do dinâmico Sudeste cafeeiro. Mencionemos apenas que, além da interrupção definitiva do tráfico africano em 1850, a pressão da propaganda abolicionista, o reconhecimento (por lei de 1871) do direito do escravo à alforria remunerada e até mesmo o interesse dos proprietários urbanos em alforriar seus cativos diante da potencialidade explosiva da massa escrava nas cidades já foram arrolados dentre as principais causas desse declínio⁴. Este será de tal monta que reduzido é o número de escravos urbanos beneficiados com a lei de 13 de maio de 1888.

Ainda que seja difícil quantificar a população escrava de Salvador, sobretudo em período anterior ao recenseamento de 1872, alguns dados sinalizam bem o recuo do escravismo na cidade. João José Reis estima que em 1835 a população escrava de Salvador correspondia a 42% de sua população total, ou seja, aproximadamente 27.500 escravos para uma população de 65.500 habitantes⁵. Ana de Lourdes Ribeiro da Costa, trabalhando com dados do censo de 1855, sugere um percentual de aproximadamente 28% de escravos para uma população total estimada em 86.984 habitantes⁶. Para 1872, o primeiro recenseamento

realizado no Brasil indica um total de 108.138 habitantes - Salvador era então a segunda cidade brasileira em população -, com uma percentagem de escravos que desce então para aproximadamente 11,6%⁷. Através destes números podemos, portanto, observar a queda acentuada e progressiva da população escrava da cidade, sobretudo a partir de meados do século.

Estes dois aspectos aqui levantados: a existência de formas especificamente urbanas de organização do trabalho escravo - permitindo tanto a saída do escravo do espaço de controle direto do senhor, quanto até mesmo facilitando a ruptura da relação escravista - e a progressiva e rápida decadência do escravismo gerarão formas de ocupação e de estruturação do espaço urbano que são responsáveis tanto pela ocupação intensiva de "brechas" dentro das partes mais centrais da cidade, aproveitando-se das preexistências (subdivisão de antigos casarões, construção de quartos nos fundos dos imóveis, ocupação de "lojas"), quanto pela progressiva ocupação de sua periferia.

No primeiro caso veremos escravos e ex-escravos, ao lado de brancos pobres, concentrarem-se em espaços conquistados principalmente dentro das freguesias centrais, na Sé e no Passo sobretudo, mas também em alguns setores das freguesias de Santana, São Pedro, Pilar e Conceição, que compunham, com as duas primeiras, o conjunto das freguesias mais densamente povoadas da cidade⁸. A ocupação dessas áreas por parte dos setores mais pobres da sociedade seria facilitada pela saída daqueles que, por suas condições econômicas, possuíam maior mobilidade espacial.

Se na cidade colonial as diferenças (sociais, culturais, étnicas) não se inscreviam claramente no espaço - ainda que desde os primórdios da colonização já se esboçasse o embrião de uma divisão social do espaço urbano, como nos indica Thales de Azevedo⁹ -, será apenas ao longo do século XIX que veremos essa divisão ganhar contornos mais nítidos. A preocupação higiênica e a busca de ares mais salubres, naqueles tempos tão açodados pela presença constante de epidemias que atingiam mais duramente os bairros mais antigos e mais densamente povoados, foram seguramente motivos importantes para esse movimento de redistribuição espacial da população de Salvador. Os comerciantes estrangeiros que começam a afluir à cidade após a abertura dos portos e que vão se instalar em chácaras construídas na região da Vitória devem também ter se constituído um forte exemplo para as elites locais: afinal, a busca de mimetismo com tudo que fosse europeu era peça importante no cenário ideológico das elites desde as décadas iniciais do século XIX, momento em que se rompe o estatuto colonial e se busca construir os paradigmas para uma "nova" sociedade, que se pretendia afinada pelo diapasão internacional.

No caso da freguesia da Sé, por exemplo, o censo de 1855 indica que 63,8% de sua população era composta por negros e mestiços. Destes, 18,5% eram escravos, incluindo-se aí aqueles que moravam com os proprietários e, eventualmente, aqueles que moravam sozinhos (a notar que este percentual de 18,5% colocava a Sé atrás das freguesias do Pilar, Santana, São Pedro e Santo Antônio, o que dá uma indicação da deterioração das condições econômicas e sociais de seus moradores, visto que o número de escravos possuídos era símbolo reconhecido de riqueza e prestígio). Os restantes 45,3% da população negra e mestiça da Sé eram compostos por indivíduos há mais ou há menos tempo egressos da escravidão, incluindo-se aí tanto o liberto de data recente quanto os descendentes de ex-escravos que já haviam conseguido sua alforria há longo tempo. Nas ruas centenárias da Sé, esta população pobre concentrava-se em "lojas", imóveis subdivididos (a Sé e o Pilar eram as freguesias que apresentavam o maior percentual de imóveis subdivididos) e quartos de aluguel construídos nos fundos dos quintais. Para todos, a centralidade irá se constituir elemento essencial para o bom desenvolvimento de suas atividades, quase sempre ligadas

ao pequeno comércio e à prestação de serviços. Entretanto, se a Sé já demonstrava naquela época sinais inequívocos de empobrecimento e decadência, ela ainda era habitada por representantes das elites locais e por pessoas pertencentes às camadas médias da sociedade, destacando-se aí um número elevado de funcionários públicos¹⁰. Sua decadência definitiva só irá se manifestar algumas décadas depois.

No segundo caso mencionado acima - o da ocupação da periferia da cidade - ainda que esta não tenha se dado, no período em pauta, de forma contínua e extensiva, mas por "manchas" isoladas, parece que ela respondia efetivamente ao que poderíamos chamar de uma "dinâmica negra": com efeito, rastrear a ocupação da enorme periferia de Salvador no século XIX é, sobretudo, deparar-nos com a existência de "territórios negros": quilombos, roças e candomblés. É isto que veremos um pouco mais de perto nas páginas que seguem.

II

Inexistem ainda estudos sistemáticos e aprofundados sobre a ocupação da periferia de Salvador ao longo do século XIX. Cidade criada segundo o modelo português do termo e do rossio, seus limites administrativos - na realidade, o seu "termo", isto é, o espaço sobre o qual se exercia o poder municipal - mantiveram-se inalterados desde a fundação, no século XVI, até meados deste século¹¹, dentro dos quais a parte urbana propriamente dita ocupava uma pequena parcela. O exame das plantas e mapas de Salvador produzidos nos séculos XVIII e XIX mostram-na como uma cidade "compacta", com um núcleo denso que vai se ramificando a partir de caminhos que definem uma ocupação cada vez mais raleada e que vão ligá-lo a pequenos núcleos de ocupação antiga, como a Barra ou o Rio Vermelho, por exemplo.

No século XIX, das dez freguesias de Salvador consideradas "urbanas" (elas serão onze a partir de 1871, com a criação da freguesia de Mares, desmembrada da da Penha), três delas apresentavam, na realidade, características "rurais" mais ou menos acentuadas: a de Santo Antônio, a de Brotas e a da Vitória. A de Santo Antônio era mais urbanizada e continha maior concentração de população apenas no triângulo definido pelos seus limites com a freguesia do Passo, pela Soledade e pelo Campo do Barbalho. A partir dessas duas últimas localidades, possuía uma grande área - que chegava a confinar com a freguesia suburbana de Itapuã - e abrigava uma população dispersa, vivendo em pequenas roças e habitando, muitas vezes, em pequenas casas cobertas de palha. A de Brotas também possuía extensa área; começando na região do dique, ela englobava uma parte do litoral, do Rio Vermelho até se encontrar também, mais acima, com a freguesia de Itapuã. Em 1872, a freguesia de Brotas abrigava apenas 4,7% da população total da cidade; essa rala população vivia principalmente da lavoura de subsistência e, no litoral, da pesca. Finalmente, a freguesia da Vitória, que era, entretanto, das mais antigas da cidade, também possuía larga extensão de terras semipovoadas, excetuando-se as regiões do Corredor da Vitória, do Campo Grande de São Pedro e do Canela, ocupadas principalmente por chácaras, e a região da Barra, primeiro núcleo de povoação da cidade. Na altura de Santana do Rio Vermelho, na época um povoado de pescadores, ela fazia fronteira com a freguesia de Brotas¹². Essas três freguesias formavam uma espécie de "cinturão rural" da parte urbana de Salvador, estando elas, em sua maior parte, fora do perímetro demarcado para a cobrança das décimas urbanas.

As informações mais detalhadas sobre a ocupação dessa extensa periferia limitam-se, em geral, apenas às localidades de ocupação mais antiga, como Barra, Rio

Vermelho e Itapagipe. Encontramos, entretanto, uma profusão de referências esparsas sobre a existência de ajuntamentos de negros, de quilombos e de candomblés espalhados pelos arredores da cidade. João José Reis nos conta que ... *uma boa parte da vida comunitária africana foi reconstituída e inovada nos arredores da capital. As colinas, matas, lagoas e rios aí localizados serviam de suporte ecológico ao desenvolvimento de uma coletividade africana independente, quase clandestina. A cidade estava cercada de quilombos e terreiros religiosos. Eram comunidades móveis, destruídas aqui para reaparecerem adiante, alimentadas pelo fluxo ininterrupto de escravos que sabiam tirar proveito da relativa autonomia proporcionada pelo escravismo urbano*¹³.

Se a mobilidade espacial do escravo urbano facilitava-lhe as fugas, e os ermos da periferia oferecia-lhe refúgio, a proximidade da cidade representava a possibilidade de um eventual retorno em busca de trabalho. É deste processo que nos dá conta Sidney Chalhoub, quando menciona como era difícil para as autoridades e os contratadores dos serviços de um negro saber ao certo quem era e quem não era escravo no Rio de Janeiro do século XIX¹⁴. Esta possibilidade oferecida pela cidade de instalar uma dubiedade sobre a real identidade do trabalhador que oferecia seus serviços no mercado deve ter sido freqüentemente explorada pelos fugitivos, tanto por aqueles da própria cidade, quanto - com mais razão até - por aqueles que fugiam das propriedades rurais e que não eram conhecidos na cidade.

Se esta mobilidade espacial do escravo urbano era evidentemente maior no caso dos de "ganho" - que, para o próprio exercício de suas atividades tinham de transitar por toda a cidade - dela também podiam se beneficiar, embora em menor grau, tanto os escravos de aluguel¹⁵ (sobretudo quando, no acordo entre locador e locatário, ficasse acertado que o escravo viveria em local distinto do de trabalho), quanto os escravos domésticos. Estes últimos, embora vivendo e trabalhando em casa de seu senhor, e por isso mesmo detendo menos mobilidade posto que vigiados constantemente, também circulavam pela cidade por imposição das atividades que exerciam. Numa época em que os serviços públicos inexistiam, era o escravo que fazia "funcionar" a habitação. Indo às quitandas e vendas, buscando água nas fontes, levando recados, transportando os fétidos "tigres"¹⁶, eles circulavam por toda a cidade, ainda que se tentasse restringir e controlar ao máximo essa mobilidade, conforme expressavam, por exemplo, a postura que proibia a permanência de escravos em estabelecimentos comerciais por mais tempo que o necessário, ou ainda aquela que obrigava o escravo a trazer consigo, após as 21 horas, uma espécie de "salvo conduto", na forma de uma autorização escrita de seu senhor¹⁷.

Aliás, as tentativas do poder público de controlar a massa escrava da cidade não eram poucas. Inúmeras posturas municipais buscavam limitar os passos, esquadrihar os gestos e impor normas à conduta dos escravos, sob a ameaça de multas, açoites e aprisionamento. Evidentemente, muitas vezes tais preocupações mostravam-se infrutíferas. Dado o número de escravos concentrados na cidade e as limitações que o próprio poder público encontrava para fazer cumprir suas determinações, não é difícil imaginar a facilidade com que estas eram burladas pelos escravos. Circulando pelas ruas, no tumulto dos mercados, quitandas e fontes, a liberdade podia estar a um passo...

Em 26 de fevereiro de 1830, por exemplo, o moleque calabar que, ironicamente, atendia pelo nome de Duque, *"foi buscar hum pote d'água salgada no Caes novo"* e escafedeu-se. A 10 de março seguinte, seu proprietário oferecia, em anúncio na *Gazeta da Bahia*, *"boa paga"* a quem o trouxesse de volta¹⁸. Para os fugitivos, a imensa periferia da cidade oferecia sem dúvida refúgios mais seguros, apesar da repressão constante e dos capitães-de-mato que conheciam bem a região e as astúcia dos fugitivos. Talvez o moleque Duque tenha tido melhor sorte do que o crioulo Benvindo que, este, não se deu bem: fugiu da

casa de sua proprietária, Dona Joaquina Angélica de Miranda Costa, à Rua dos Ossos, em Santo Antônio, mas acabou pego pelo subdelegado de Paripe em março de 1860¹⁹, a uma boa distância da cidade.

Segundo Kátia Mattoso, os *"quilombos e mocambos eram constantes na paisagem brasileira desde o século XVI"*²⁰; no caso da Bahia - para onde se estima que o tráfico trouxe em três séculos, de 1550 a 1850, cerca de 1.200.000 africanos²¹ - é fácil imaginar com que frequência eles deviam ocorrer nos arredores da cidade, aproveitando-se dos refúgios oferecidos pela própria natureza. Além de serem "móveis" em virtude da repressão, conforme assinalou Reis, esses quilombos eram também bastante heterogêneos do ponto de vista numérico: ao lado de ajuntamentos de maior porte, como o do quilombo do Buraco do Tatu, localizado ao norte de Salvador, para os lados da freguesia suburbana de Santo Amaro de Ipitanga, ou o quilombo do Urubu, no Cabula, outros menores existiram, constituindo-se e desfazendo-se em pouco tempo e reunindo poucas pessoas.

O quilombo do Buraco do Tatu exigiu 200 homens para destruí-lo em 1763 e, segundo Kátia Mattoso, seria representativo dos quilombos brasileiros: contava com menos de cem habitantes (foram nomeados 65 adultos quando de sua destruição) e situava-se perto de um centro urbano onde contava com numerosa cumplicidade²². Suas cabanas retangulares eram dispostas em fila, fechadas por paliçadas e defendidas por 21 armadilhas dissimuladas por folhas e galhos de árvores²³.

Se os quilombos foram uma reação contra o sistema escravista, eles podem ter sido também a oportunidade de *"um retorno à prática da vida africana"*²⁴: não sem razão mesclam-se, freqüentemente, nas referências aos quilombos, referências às práticas religiosas que aí se desenvolviam. No Buraco do Tatu, por exemplo, foram encontrados dois "feiticeiros". No quilombo do Urubu, no Cabula, também existiu um candomblé, ao que parece, de origem nagô. Em 1826, escravos fugidos reunidos para os lados de Cajazeiras, revoltaram-se, atacaram várias casas das redondezas e rumaram a seguir para o sítio do Urubu. Foram necessários vários capitães-de-assalto, 12 soldados da polícia e 25 milicianos de Pirajá para enfrentar os rebeldes (cerca de 50 homens e algumas mulheres) que, após muita resistência, conseguiram, em sua maioria, se refugiar nas matas vizinhas²⁵.

Vários outros locais da periferia de Salvador serviram de abrigo a escravos fugidos. O conde da Ponte, governador da Bahia entre 1805 e 1810 e *"um dos inimigos mais ferrenhos (dos) quilombos"*²⁶, escrevia ao Conselho Ultramarinho português, em 1807, que *sendo repetidas e muito freqüentes as deserções de escravos do poder de seus senhores, ... entrei na curiosidade ... de saber que destino seguiam, e sem grande dificuldade conheci que nos subúrbios desta capital, e dentro do mato de que toda ela é cercada, eram inumeráveis os ajuntamentos desta qualidade de gente ...*²⁷. Destes ajuntamentos, o conde da Ponte identifica duas áreas principais: a de Mares e a do Cabula.

Donald Pierson, realizando um estudo em Salvador por volta de 1936 - em uma época, portanto, em que era possível recolher testemunhos orais que remetiam a um ainda recente passado escravista - acrescenta mais algumas informações: *... dizem mesmo que as áreas periféricas da cidade da Bahia, como Mata Escura e Estrada da Liberdade e as povoações vizinhas, de Cabula, Armação, Pirajá e Itapuã, originaram-se de quilombos que datavam do período colonial. Desses agrupamentos partiam freqüentes sortidas de pretos para a cidade, com o fim de roubar e pilhar*²⁸. A intensidade com que as fugas dos escravos ocorriam e a maneira como elas penetraram no imaginário da população pode ser apreendida por um relato também de Pierson. Conta ele que, na época em que realizou sua pesquisa em Salvador, ainda era comum as crianças brincarem de "capitão-do-mato": *"uma*

*espécie de 'esconde-esconde', no qual os que se escondiam, faziam o papel de escravos e o caçador o de 'capitão-do-mato'*²⁹.

Ao que parece, o aumento das ocorrências de rebeldia escrava³⁰ rebaixou, na perspectiva das autoridades, o número mínimo de escravos fugitivos para caracterizar um quilombo. Como nos conta Kátia Mattoso, uma provisão real de 1741 havia considerado quilombo apenas os grupos escondidos de mais de cinco escravos fugidos; já no século XIX, entretanto, leis provinciais ordenavam ações repressivas contra "quilombos" de dois ou três escravos³¹.

Em alguns casos, os ajuntamentos de negros na periferia são bem conhecidos, e as informações indicam tratar-se de ocupação mais consolidada e estável. Pierre Verger cita um relatório do cônsul britânico William Pennel, de janeiro de 1827, sobre o lugarejo de Santana do Rio Vermelho: aí viviam da pesca e da agricultura 900 negros livres, 50 escravos, 40 mulatos e cabras e apenas 50 brancos. Ao que parece, a população de Santana tinha feito mais do que duplicar desde o início do século. No momento da visita de Pennel, as jangadas dos moradores do lugarejo somavam 47, vinte anos antes elas eram apenas 14. O quadro pintado pelo cônsul britânico mostra uma comunidade estável, onde seus membros eram em sua maioria casados, laboriosos e cumpridores "de seus deveres morais e domésticos", conforme informou o padre da paróquia³².

Essa visão quase idílica transmitida por Pennel parece estar longe de ser partilhada pelas autoridades e pela população branca da cidade, quando se tratava da presença de negros na periferia. Anna Amélia Vieira Nascimento cita interessante correspondência enviada ao presidente da Província por um juiz de paz da freguesia de Brotas (que, como vimos, possuía, praticamente toda ela, características "rurais", com muitas roças habitadas por "pessoas simples e de cor"), na qual o mesmo queixava-se "das ações praticadas por negros forros, que induziam os que eram escravos a afastar-se dos seus senhores e os acolhiam para trabalhar nas suas roças e culturas"³³. Aliás, a presença desses roceiros forros parece ter sido marcante em Brotas: um documento de 1849 indicava que ali estavam estabelecidos 232 libertos africanos, dos quais 90% dos homens se dedicavam à agricultura³⁴. Voltando à correspondência do juiz de paz, nela ele ainda se gabava de haver devolvido mais de 400 escravos aos seus legítimos donos. Não sabemos durante que período esse zeloso juiz contabilizou tal número de escravos capturados; de qualquer forma, trata-se de um número que impressiona. Muito reveladora ainda, nesta correspondência, é a relação que seu autor estabelece entre escravos fugidos e libertos roceiros vivendo juntos na freguesia de sua jurisdição. Não é difícil imaginar que a solidariedade forjada no cativeiro e a cumplicidade contra a opressão escravista devem ter aproximado os evadidos dos negros livres que existiam nas roças espalhadas pelos arredores da cidade, levando-os a alianças que podiam interessar-lhes mutuamente³⁵. Com efeito, não só aqueles que buscavam romper o laço da escravidão através da fuga encontravam abrigo nas matas e ermos da periferia. Também para aqueles que saíam "legalmente" da escravidão pela porta da alforria, ela podia representar a possibilidade de construir uma casinha (as referências que temos falam sempre de "casas de palha", de "palhoça", fato de resto confirmado pela iconografia da época) e de encontrar um meio de subsistência, seja através do cultivo de uma roça, seja através da pesca, quando o local o permitia. Maria Inês Cortes de Oliveira, pesquisando testamentos de libertos em Salvador no período 1790-1890, constatou que no período de 1851 a 1890, coincidente, portanto, com o declínio definitivo do escravismo, houve um "significativo aumento do número de proprietários rurais, especialmente concentrados entre os homens"³⁶ e que "a média das propriedades (dos libertos) era constituída por habitações

*pobres, do tipo das que hoje ainda constituem a grande maioria das construções dos bairros proletários e marginais*³⁷.

Referências a quilombos e a roças de libertos - ou à associação entre ambos - não são, entretanto, as únicas sobre a presença negra nos arredores da cidade. Vimos há pouco os exemplos dos quilombos do Buraco do Tatu e do Urubu, onde também teriam sido encontradas evidências de práticas religiosas de origem africana, sugerindo-nos que esses ajuntamentos de negros fora da cidade possam ter tido configurações mais complexas. A referência a candomblés na periferia de Salvador é, com efeito, recorrente nos inúmeros trabalhos que estudaram o processo de reorganização e reelaboração das crenças africanas na Bahia. Aliás, a própria toponímia de Salvador, é reveladora desse processo. Enquanto nas partes centrais da cidade as denominações dos lugares são referências às igrejas, capelas e conventos que aí se encontram - Conceição, Pilar, Ajuda, Sé, Nazaré, Desterro, Palma, Lapa, São Pedro, Carmo, Santo Antônio, Santana... -, nos arredores da cidade grande parte das denominações dos lugares remete a uma territorialização que escapava ao controle do branco: Cabula (*"nome de uma seita africana já desaparecida"*, segundo Edison Carneiro), Bogum (*"que facilmente lembra Ogum, deus nagô da guerra e dos metais"*), Beiru (*"provavelmente derivado de eiru, rabo de boi, insígnia de Oxóssi, deus da caça"*), Goméia (*"que Arthur Ramos já sugeriu ser uma corruptela da forma portuguesa de Daomé"*), Bonocô (anteriormente Gunucô, corruptela de Igunnuko, local onde havia um culto da Baba Igunnuko), Ogunjá (do terreiro Ilê Ogum Ja, ali existente), etc³⁸.

Ainda que as práticas religiosas dos africanos e de seus descendentes ocorressem também nas áreas centrais da cidade, percebe-se, à medida que o candomblé se estruturava, uma opção por sua localização fora da cidade. Razões não faltavam para isto. Além de a periferia já abrigar, dispersamente ou não, uma população negra, nessa época em que a repressão aos cultos de origem africana era intensa, "fugir" da cidade significava evidentemente maiores condições de segurança. Sendo o candomblé uma religião de iniciados, em que o acesso aos segredos dos rituais está ligado à posição que o fiel ocupa na hierarquia da religião, era também natural que se buscasse resguardar a privacidade, sobretudo daqueles rituais realizados em espaços abertos. Sabe-se, ademais, da dependência dos terreiros, em sua estrutura ritual, a elementos da natureza, como as árvores sagradas, as fontes e até mesmo certas pedras, condições estas que só podiam ser mais facilmente preenchidas em lugares afastados³⁹.

Se o primeiro candomblé da Bahia surgiu próximo à Barroquinha, em área junto ao centro de Salvador, na segunda metade do século XIX, ele sai daí, indo localizar-se em uma zona então afastada, no caminho do Rio Vermelho, acima da atual Avenida Vasco da Gama. Dele se originaram *"de uma maneira ou de outra"*, todos os demais candomblés de Salvador⁴⁰. Uma disputa sucessória quando da substituição de sua segunda yalorixá, Marcelina, daria origem ao atual candomblé do Gantois em local na época distante da cidade (no atual bairro da Federação), em terras arrendadas por sua primeira mãe-de-santo, Maria Júlia da Conceição, preterida na disputa do já então chamado Engenho Novo.

Estudando os candomblés da Bahia nos anos 30, Edison Carneiro mostra como eles se distribuíam pelas partes pobres da cidade, *"sitiando"* (a expressão é dele) a zona propriamente urbana da cidade. Diz ele:

Assim vamos encontrar candomblés no Rio Vermelho, na Mata Escura, na Vila América, na Federação, na Fazenda Garcia, nas Quintas da Barra, na Avenida Oceânica, em Brotas, na Goméia, em São Gonçalo e na Fazenda Grande do Retiro, no Beiru, no Bate-Folha, na Areia da Cruz do Cosme, na Cidade de Palha, na Quinta das Beatas, no Engenho Velho, na Ilha Amarela, na Formiga, nos Fiais, na Estrada da Liberdade, no Matatu

*Grande, no Bogum, no Forno, na Calçada. Fora das portas, há candomblés em Itapuã, Lobato, Parafuso, Plataforma, Periperi...*⁴¹. Donald Pierson, também na mesma época, faz observação semelhante⁴².

Além de compreender várias edificações destinadas ao culto, a estrutura espacial do candomblé compreendia também habitações de pessoas ligadas ao terreiro, como era o caso do Ilê Axé Opô Afonjá, fundado em 1910 numa gleba em São Gonçalo do Retiro, onde famílias e pessoas sós e desamparadas se estabeleceram em espaços doados pelo Oba Biyi do terreiro⁴³. Em sua pesquisa sobre a estruturação espacial do candomblé na Bahia, Iris Nascimento sugere que as nucleações formadas por antigos candomblés estariam na origem de diversos bairros de Salvador⁴⁴.

Mapear a ocorrência desses quilombos, roças e candomblés, rastrear os vestígios dessa presença negra na periferia de Salvador, são, evidentemente, procedimentos necessários ao desenvolvimento das questões tratadas neste texto. Entretanto, mais importante do que multiplicar as evidências da presença desses ajuntamentos negros na periferia de Salvador ao longo do século XIX e nas primeiras décadas deste século, é ver os limites das relações aqui propostas.

Se a gênese da ocupação sistemática da periferia de Salvador pode ser estendida como fazendo parte de um processo secretado pelas próprias formas urbanas do escravismo e reforçado pela desagregação progressiva desse sistema, é preciso notar que, com a generalização do trabalho livre, essa ocupação só tenderá a ampliar-se. Responsáveis agora pela totalidade do ônus de sua reprodução, todos esses egressos da escravidão, tornados trabalhadores livres, encontrarão na periferia da cidade, por mínimas e por mais precárias que sejam, possibilidades de sobrevivência. Apesar de serem inúmeras as referências a roças em terrenos foreiros na periferia da cidade, podemos supor que nem sempre os mecanismos "legais" de acesso à terra seriam utilizados e que as invasões que começarão a se generalizar a partir de meados do século XX talvez tenham tido antecedentes mais remotos, ainda não suficientemente conhecidos⁴⁵.

Por outro lado, há de se observar também que outros elementos surgirão nas últimas décadas do período que me propus explorar neste breve texto, vindo a somar-se àqueles próprios à lógica do escravismo e à da constituição do trabalho livre, mencionadas acima, e que contribuirão para reorganizar e reorientar a ocupação da periferia de Salvador, impondo-lhe novas funcionalidades ou redesenhando seus contornos sociais.

De um lado, temos uma primeira fase da industrialização, sobretudo no setor têxtil, que, apesar de ainda incipiente, representará o segundo maior "parque industrial" do Brasil até o início deste século, localizando-se sobretudo na região da península itapagipana e arredores. De outro lado, temos o desenvolvimento dos transportes coletivos - bondes a tração animal e, a seguir, a tração elétrica - que, em poucos anos, terão avançado por regiões cujo acesso era até então bastante precário. O bonde contribuirá de uma forma definitiva para a quebra dos limites "tradicionais" da cidade, ao mesmo tempo que reforçará ou alterará o conteúdo social de bairros que nesse instante se formavam ou se redefiniam. O aprofundamento destes aspectos não faz parte, entretanto, do escopo deste trabalho.

Finalizando, eu diria que, se a ocupação de "brechas" nas partes mais antigas da cidade e, sobretudo, a ocupação de sua periferia representam um capítulo da história da estruturação espacial de Salvador, elas se constituem, ao mesmo tempo, elementos importantes para o estudo da história das condições de moradia dos trabalhadores e despossuídos de Salvador. Inúmeros estudos históricos sobre habitação no Brasil trouxeram uma contribuição preciosa sobre as relações entre a industrialização, a emergência de novos

padrões urbanos e o papel que a habitação passará a desempenhar na política de domínio sobre os trabalhadores. Dentro de uma perspectiva mais ampla, há de se indagar também sobre o que escapava à lógica industrial da acumulação capitalista e sobre o que lhe antecedia. Neste sentido, este período que coincide com o processo de desagregação do escravismo e com a conseqüente estruturação do trabalho livre precisa ser ainda mais explorado no que tange às transformações que ele representou para a cidade.

NOTAS

- (1) Dentre estes posso citar os trabalhos de Raquel Rolnik sobre os "territórios negros" em São Paulo e a dissertação *Ekaból Trabalho escravo, condições de moradia e reordenamento urbano em Salvador no século XIX*, de Ana de Lourdes Ribeiro da Costa, defendida no Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da UFBA em 1989. Convém entretanto, assinalar que vários trabalhos preocupados em desvendar as formas específicas que a relação escravista tomou no meio urbano abriram pouco a pouco a possibilidade de se pensar as relações entre esta forma de organização do trabalho e a estruturação e funcionamento da cidade. Dentre várias outras contribuições, destaco particularmente os trabalhos de Kátia Mattoso, João José Reis e Sidney Chalhoub.
- (2) Andar térreo dos antigos sobrados usado como alojamento de escravos ou, de uma maneira geral, como moradia para pessoas de baixa renda; a denominação se aplica também aos subsolos usados com a mesma finalidade.
- (3) Sobre o espaço social em que se desenvolviam as estratégias de vida e de ruptura da relação escravista por parte dos escravos, ver, em especial *Visões da Liberdade*, de Sidney Chalhoub, do qual é apresentada uma resenha nesta edição.
- (4) Ver dentre outros, Emília Viotti da Costa. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 2ª ed., 1982 e também Sidney Chalhoub, *op. cit.*
- (5) João José Reis. *Rebelião escrava no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 16.
- (6) Ana de Lourdes Ribeiro da Costa, *op. cit.*, p. 41. A base de cálculo utilizada foi a fornecida por Kátia Mattoso. "Sociedade e conjuntura na Bahia nos anos de luta pela independência". Salvador, UFBA, *Universitas*, 15/16, 1973, p. 15.
- (7) Kátia Mattoso. *Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo: HUCITEC; Salvador: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978, p. 134.
- (8) Ver Ana de Lourdes Ribeiro da Costa, *op. cit.*, cap. 3, p. 100-170
- (9) Thales de Azevedo. "A cidade do Salvador no começo do século XIX". In: *Cidade do Salvador; aspectos geográficos, históricos, sociais e antropológicos*. Salvador, Imprensa Oficial da Bahia, 1960, p. 69-75.
- (10) Os dados utilizados aqui são provenientes da amostragem do censo de 1855 trabalhada por Ana de Lourdes Ribeiro da Costa, *op. cit.*
- (11) Kátia Mattoso, *op. cit.*, p. 116.
- (12) Os dados apresentados aqui são basicamente os fornecidos por Anna Amélia Vieira Nascimento. *Dez freguesias da cidade do Salvador*, Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1986, e por Ana de Lourdes Ribeiro da Costa, *op. cit.* À propósito das freguesias deve-se ressaltar as dificuldades para a definição de seus limites, sobretudo no caso das três apresentadas aqui, que eram as que possuíam maior extensão de terra. Se os limites entre as freguesias ditas "urbanas" suscitam dúvidas, o mesmo acontece com os limites que elas faziam com as freguesias "dos subúrbios".
- (13) João José Reis, *op. cit.*, p. 65.
- (14) Sidney Chalhoub, *op. cit.*
- (15) Escravos que possuíam uma qualificação (pedreiro, marceneiro, etc.) e que eram "alugados" a terceiros por seus proprietários, por períodos variáveis.
- (16) Barricas de madeira onde eram transportados os detritos das casas para serem lançados fora.
- (17) Ver *Repertório de fontes sobre a escravidão existentes no Arquivo Municipal de Salvador, as posturas (1631-1889)*. Salvador: Fundação Gregório de Mattos, 1988, 103 p.
- (18) *Apud BAHIA*. Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural. *Pelourinho Informa; boletim bibliográfico*, v. 4, n.ºs. 3/4, 1978. p. 81.
- (19) *Id.*, p. 92.

- (20) Kátia Mattoso. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 158.
- (21) Cf. Pierre Verner. *Notícias da Bahia; 1850*. Salvador: Corrupio, 1981, p.55.
- (22) Cf. Kátia Mattoso, *op. cit.*, p. 162.
- (23) *Id.*, p. 162.
- (24) *Ib.*, P. 158.
- (25) Cf. João José Reis, *op. cit.*, p. 74-76.
- (26) *Id.*, p. 65.
- (27) *Ib.*, p. 65-66. Grafia atualizada.
- (28) Donald Pierson. *Branços e pretos na Bahia*, 2ª ed. São Paulo: Editora Nacional, 1971, p. 128.
- (29) *Op. cit.* p. 127, nota 59.
- (30) João José Reis faz um bom apanhado das revoltas escravas em Salvador antes de 1835, ano do malogrado levante dos malês in *op. cit.* p. 64-83.
- (31) *Op. cit.*, p. 159.
- (32) Pierre Verner. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos dos séculos XVII a XIX*. São Paulo: Corrupio, 1987, p. 526.
- (33) *Op. cit.*, p. 89.
- (34) *Apud* Ana de Lourdes Ribeiro da Costa, *op. cit.*, 151.
- (35) O que não quer dizer que a escravidão também não criava (ou reforçava) rivalidades, opondo muitas vezes africanos a crioulos, libertos e escravos, membros de uma etnia a membros de outra etnia.
- (36) Maria Inês Côrtes de Oliveira. *O liberto: o seu mundo e os outros; Salvador, 1790/1890*. São Paulo: Corrupio, 1988, p. 39.
- (37) *Id.*, p. 37.
- (38) A respeito da denominação de origem africana destas localidades ver a dissertação de Íris S. Salles do Nascimento, *Espaço do terreiro e o espaço da cidade*, apresentada ao Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da UFBA em 1989.
- (39) Para as questões referentes à estruturação espacial do candomblé, ver Iris S. Salles do Nascimento, *op. cit.*
- (40) Cf. Edison Carneiro, *Candomblés da Bahia*. Rio de Janeiro, Ediouro, s.d.
- (41) *Id.*, p. 47.
- (42) Donald Pierson, *op. cit.*, p. 306-307.
- (43) Íris S. Salles do Nascimento, *op. cit.*, p. 62.
- (44) *Id.*, p. 87.
- (45) Para isto muito contribuiria o desenvolvimento de estudos aprofundados sobre a história das estruturas fundiárias de Salvador.